

O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas

The capitalist work process and the recovered plants dynamics

Aline Mendonça dos Santos¹
nocams@gmail.com

Resumo

Em resposta à crise capitalista, trabalhadores (prestes a ficarem desempregados) resistiram e assumiram empresas em processo falimentar, em uma perspectiva coletiva e autogestionária. Conhecidas como “Fábricas Recuperadas”, essas experiências defrontam-se freqüentemente com obstáculos, pois, mesmo apontando para uma outra perspectiva de trabalho, as fábricas sofrem pressões exercidas pelo mercado, pelos critérios de produtividade impostos pelas formas de organização do trabalho, etc. Decorre daí um espectro de contradições que precisa ser devidamente considerado para compreender o potencial que detêm essas experiências para o desenvolvimento das “novas” relações sociais de produção. Diante dos fatos, questiono: em que medida tais experiências poderão constituir os fundamentos de um novo modo de produção, orientado por uma nova racionalidade econômica solidária? Será que a dinâmica diferenciada desses empreendimentos são novas bases de reprodução do capitalismo? Motivada por essa reflexão, no trabalho que aqui apresento, faço uma apreciação das fábricas recuperadas (visitando estudos de casos realizados no Brasil, no Uruguai e na Argentina), partindo da análise de Marx sobre o processo de trabalho capitalista.

Palavras-chave: processo de trabalho, fábricas recuperadas, autogestão.

Abstract

As a response to the capitalist crisis, blue-collar workers (about to be unemployed) have resisted and taken over companies in liquidation in a collective and self-managing perspective. Commonly known as “Recovered Plants”, these experiences often face obstacles. Even though they point towards another work perspective, the plants suffer pressure from the market and from the productivity criteria imposed by the forms of work organization, etc. a spectrum of contradictions that requires full consideration in order to understand the potential of those experiences for the development of “new” social relations of production stems from the situation described. On these grounds, I inquire: to what extent may such experiences constitute the foundation of a new way of production, oriented by a new solidarity economic rationality? Could the differentiated dynamics of these enterprises become the new basis of the reproduction of capitalism? Motivated by these thoughts, I make an appreciation of the recovered plants (going through case studies made in Brazil, Uruguay and Argentina) starting from the analysis of Marx about the capitalist work process.

Keywords: work process, recovered plants, self-management.

¹ Doutoranda em Serviço Social – Área de concentração “Política Social e Trabalho” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ); Mestre em Ciências Sociais Aplicadas titulada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS); Assistente Social graduada pela Universidade Católica de Pelotas (Pelotas, RS).

Introdução

O cenário complexo marcado pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, identificada já no início dos anos 1970, mas que teve seus efeitos intensificados durante a década de 1990, serve de palco para inúmeras transformações no mundo do trabalho. No interior dessa crise, o capitalismo conjugou uma série de situações oriundas dos processos de reestruturação produtiva que implica diretamente o cotidiano dos trabalhadores. Dessa forma, visualizou-se um processo profundo de precarização do trabalho, de universalização da subcontratação, de aumento da informalidade nas esferas já integradas ao mercado mundial, de aumento dos índices de desemprego e, conseqüentemente, a expansão de uma “economia marginalizada”, constituída por trabalhadores informais que se localizam à margem do mercado formal de trabalho.

Neste mesmo contexto, presenciou-se, principalmente na América latina, o fechamento de empresas que faliram, que estavam em processo pré-falimentar ou que foram abandonadas pelos antigos donos. Em resposta a esses acontecimentos, trabalhadores (prestes a ficarem desempregados e/ou no mercado informal) resistiram e assumiram as empresas de massa falida, em uma perspectiva coletiva e autogestionária (geralmente em forma jurídica de cooperativas). Na América Latina, esses empreendimentos são conhecidos como “Empresas Autogestionárias” ou “Fábricas Recuperadas”².

Diante da crise capitalista, o surgimento destes empreendimentos evita o abastecimento do setor informal e precário com novos contingentes de trabalhadores que aí seriam lançados pelo fechamento das fábricas. Tal resistência dos trabalhadores, ameaçados pela condição de desempregados, implica uma alternativa imediata desesperada de manutenção dos seus postos de trabalho.

A década de 1990 foi o período que mais privilegiou esses movimentos, quando se deu a proliferação de fábricas falidas e, conseqüentemente, de empreendimentos coletivos na forma de cooperativas de produção. Até a década de 1990, esses empreendimentos eram estranhos aos trabalhadores, eram muito poucas as cooperativas de produção desenvolvidas a partir da reabertura de empresas falidas. Neste período, no entanto, as experiências de cooperativas alastraram-se por vários países da América Latina, projetando-se inicialmente – como já sinalizado anteriormente – como processo de luta alternativa para evitar os malogros do desemprego e manter os postos de trabalho nas empresas falidas. O espaço so-

cial que vem ocupando as iniciativas insufladas pelas fábricas recuperadas tem permitido distinguir tais experiências do movimento cooperativista tradicional, bem como provocado discussões em torno da propriedade coletiva e da possibilidade de se pensar a autogestão do trabalho, a democratização das relações de trabalho e o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção.

Tais experiências defrontam-se, freqüentemente, com uma série de obstáculos que se erguem no seu desenvolvimento no interior do capitalismo, na intersecção com as suas instituições e critérios de eficácia, pois trata-se – a priori – de novas relações de trabalho, diferentes daquelas estabelecidas pelos modelos de gestão capitalistas, mas que, necessariamente, precisam dialogar com o mercado capitalista para subsistir, uma vez que suas atividades dependem mais diretamente da relação com o mercado mundial, suas instituições, estruturas e processos. Mesmo apondo para uma outra perspectiva de trabalho, as fábricas recuperadas (bem como outros segmentos da economia solidária³) sofrem pressões exercidas pelo mercado e pelos critérios de produtividade que se impõem através da forma de organização do trabalho, do avanço tecnológico e das condições de assalariamento da força de trabalho. Decorre daí um espectro de contradições e ambigüidades que precisa ser devidamente considerado para compreender o potencial que detêm essas experiências para o desenvolvimento das “novas” relações sociais de produção. Mesmo tendo a clareza desse problema central, há um esforço para que essas contradições postas pela dinâmica econômica do empreendimento não comprometam a dinâmica política do mesmo, que implica o caráter coletivo da propriedade, a perspectiva de maior participação dos trabalhadores na gestão e a riqueza produzida. Dessa forma, olhar para esse processo exige olhar para uma dinâmica híbrida de realização dos processos econômicos.

Diante dos fatos, são muitas as perguntas abordadas por pesquisadores, militantes, trabalhadores, etc. Dentre elas destacam-se: em que medida tais experiências poderão constituir os fundamentos de um novo modo de produção, orientado por uma nova “racionalidade econômica solidária⁴”? Será que a dinâmica diferenciada desses empreendimentos autogestionários representa novas bases de reprodução do capitalismo?

Pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento têm dedicado esforços para compreender esses processos. Alguns estudos realizados pontuam, de forma mais ou menos clara, essas tensões e conflitos gerados, principalmente, pela introdução dos princípios ca-

²A utilização desta expressão – “Fábrica Recuperada” – é muito recente no Brasil (até pouco tempo falava-se apenas em “empresas autogestionárias”); a expressão era mais comum no movimento argentino e começou a ser utilizada com freqüência no Brasil por denotar com mais clareza o tipo de empreendimento a que se refere.

³A economia solidária é um modo específico de organização de atividades econômicas. Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros.

⁴Gaiger apresenta os empreendimentos econômicos solidários como experiências que transcendem o patamar da subsistência, com base em uma nova racionalidade, unindo cooperação e busca de eficiência, gerando um certo grau de acumulação, crescimento e viabilidade em médio prazo (Gaiger, 1999).

pitalistas de organização do processo de trabalho na dinâmica das fábricas recuperadas. Motivada por esta reflexão, no trabalho que aqui apresento, pretendo fazer uma apreciação das fábricas recuperadas partindo da análise de Marx sobre o processo de trabalho capitalista. Para tanto, em um primeiro momento, faço uma revisão bibliográfica baseada, principalmente, no livro 1, volume 1 de *O Capital* (Marx, 2006), em que Marx nos apresenta um minucioso estudo sobre os processos de trabalho que foram sendo implementados pelo capital desde a cooperação simples à grande indústria, apontando pistas para a compreensão dos elementos constituintes do movimento do capital e o “capítulo VI – Inédito de *O Capital*” (Marx, 2004, 1997), que aborda as relações sociais no processo de produção capitalista. Em um segundo momento, faço uma breve discussão sobre modelos de gestão empresariais do capitalismo e, por fim, discuto o processo e o trabalho nas fábricas recuperadas. Para esse último momento, visito estudos de casos de fábricas recuperadas realizados por colegas no Brasil, no Uruguai e na Argentina.

Marx e a análise do processo de trabalho capitalista

Breve revisão da teoria marxista

Marx nos legou uma crítica profunda do capitalismo como modo de produção. Suas teses, elaboradas num momento histórico muito distinto do atual, ainda são pertinentes à realidade contemporânea e, sem dúvida, são de suma importância para compreender a histórica contradição entre capital e trabalho.

Em sua construção teórica, Marx nos apresenta uma série de categorias constituídas para explicar sua análise do desenvolvimento das forças produtivas. Minha intenção neste item é fazer uma precisa abordagem destas categorias na perspectiva de acompanhar o raciocínio marxista.

O “trabalho” é a categoria fundante na teoria marxista, percorrendo a elaboração e obra do autor. A partir da categoria “trabalho” é possível conhecer a história, a formação e o desenvolvimento da sociedade. O trabalho é o elemento que diferencia os seres humanos dos animais, pois se trata de um processo em que os homens atuam sobre as forças da natureza, transformando recursos naturais em formas úteis para a subsistência humana. Nas palavras de Marx (2006, p. 211):

[...] processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana. [...] que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes

de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

É pela ação do trabalho que as sociedades se desenvolvem no decorrer dos tempos. Partindo dessa combinação de matéria fornecida pela natureza com atividade resultante de dispêndio de energia física e mental do homem pela qual ele transforma a natureza em riqueza, muitos economistas afirmam que o trabalho é a fonte de toda riqueza das sociedades. Mas Marx diz ser infinitamente mais do que isso: é a condição fundamental de toda a vida humana, “[...] é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (Marx, 2006, p. 218).

A riqueza capitalista é produto dos processos de trabalho. Para compreender essa conjectura, Marx se preocupou em estudar a origem do processo de criação de riqueza capitalista que foi legitimado em sua mais importante obra, *O Capital*. Nessa perspectiva, partindo da realidade que o cercava, Marx buscou o concreto na sua forma mais externa e acabada de riqueza, a “mercadoria”. Para compreender o conhecimento de todos os aspectos que envolvem o processo de produção e circulação de mercadorias, Marx fez um exercício analítico de estudar a realidade da maneira como ela realmente se apresenta, como o concreto pensado, como a unidade do diverso, como resultado.

Envolvido com esse processo de conhecimento da origem da riqueza capitalista, é que Marx observou uma mercadoria capaz de reproduzir as relações sociais capitalistas e criar excedente de valor. A mercadoria aí mencionada é a “força de trabalho”, e o excedente é a “mais-valia”. O enriquecimento capitalista seria, então, propiciado através da exploração, realizada pelo capitalista, da força de trabalho, que é objetivada para além do tempo de trabalho socialmente necessário. O “valor” é, necessariamente, estabelecido pelo tempo de trabalho socialmente necessário:

O valor da força de trabalho é determinado [...] pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. [...] Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. [...] A soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador. [...] Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força do trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país determinado, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários (Marx, 2006, p. 201).

Na teoria do valor, Marx diz que o trabalho representa a medida e a determinação do valor, ou seja, é a fonte da criação de riqueza capitalista. O trabalho torna-se o instrumento que possibilita a troca entre dois artefatos de natureza diferentes, pois é considerado por

uma característica que ambos têm em comum: o trabalho incorporado.

Uma outra questão que Marx aborda em *O Capital* é o duplo caráter da mercadoria: “valor de uso” e “valor de troca”. O valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza, e o valor de troca aparece como a relação quantitativa entre valores de uso de espécie diferente (Marx, 2006, p. 58). A exemplo da mercadoria, também o trabalho possui duplo caráter: o “trabalho concreto”, que cria valores de uso, e o “trabalho abstrato”, criador de valor.

Partindo da premissa de que o trabalho é categoria fundamental para a criação de riqueza capitalista, Marx observou que o processo de exploração do trabalho não se realizava apenas pela ampliação da jornada de trabalho do operário (mais-valia absoluta), mas também pelo aumento da produtividade do trabalho através do desenvolvimento das forças produtivas (mais-valia relativa). Marx completa: “chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contratação do tempo de trabalho necessário [...]” (Marx, 2006, p. 366).

Tal aumento da produtividade se deu, entre outros fatores, principalmente, pela introdução de novas tecnologias, o que promoveu, por um lado, desenvolvimento das forças produtivas e do capital e, por outro lado, conseqüências quase sempre perniciosas para o operariado, que vive da venda da sua força de trabalho. Nesse momento, visualizou-se, claramente, as contradições entre capital e trabalho, motivo pelo qual a classe trabalhadora apresenta suas resistências. O movimento luddista exemplifica uma das primeiras expressões de resistência/luta dos trabalhadores contra a produção capitalista. Mas, como bem sinalizou Marx, essa revolta foi inicialmente despolitizada, pois o ato de quebrar as máquinas não comprometia o sistema econômico, que continuava explorando os trabalhadores.

A luta entre o capitalista e o trabalhador remonta à própria origem do capital. Ressoa durante todo o período manufatureiro.

Mas só a partir da introdução da máquina passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital. [...] A enorme destruição de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os primeiros 15 anos do século XIX, provocaram [...] o movimento luddita. [...] Era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não só meios materiais de produção, mas forma social em que são explorados (Marx, 2006, p. 488).

Os efeitos que as inovações tecnológicas, em especial a maquinaria, trazem ao capitalismo são bastante discutidos por Marx (2006) em *O Capital* (livro 1, volume 1). O autor discorre sobre três formas de desenvolvimento

do modo de produção capitalista: a “cooperação simples”, a “manufatura” e a “grande indústria”. A cooperação simples configura um momento inicial do capitalismo, em que um grupo de artesãos trabalhava para um capitalista que fornecia matérias-primas e, assim, condicionava a produção. Marx (2006, p. 377) refere-se a uma “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”. Na manufatura, o antigo artesão autônomo é transformado em trabalhador coletivo que viabiliza o resultado do trabalho a partir de uma produção coletiva. “Originariamente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital” (Marx, 2006, p. 415). Por fim, no período da grande indústria, ocorreu um predomínio de máquinas no processo de produção, desvalorizando o trabalho que fica submisso aos avanços tecnológicos e, conseqüentemente, ao capital.

O advento da maquinaria, se potencializada por uma outra lógica (na nota 116, Marx (2006, p. 449) diz que, em uma sociedade comunista, a aplicação da máquina teria amplitude inteiramente diversa daquela que encontra na sociedade burguesa), poderia contribuir para diminuir a fadiga do trabalhador e promover uma outra qualidade de vida para ele, mas, nas mãos do capitalista (que privilegia um modo de produção calcado na desigualdade e na exploração do homem pelo homem), a introdução da maquinaria se justifica ao aumentar o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, alongando a jornada de trabalho do operário.

Não é esse o objetivo do capital [aliviar a labuta diária do ser humano], quando emprega a maquinaria. [...] tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente. A maquinaria é meio para produzir mais-valia (Marx, 2006, p. 427).

Assim sendo, no capitalismo, as inovações tecnológicas propiciam a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, considerado a parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz para si mesmo. Mas, em compensação, para desenvolver as forças produtivas amplia-se o trabalho não pago, que é apropriado pelos proprietários dos meios de produção. Trata-se de um aumento da exploração da mais-valia que ocorre na forma de “mais-valia relativa”, em que o trabalhador produz mais riqueza em uma hora de trabalho do que antes produzia, nesta mesma hora, sem o auxílio da máquina⁵. Como visto, os efeitos positivos que a introdução das inovações

⁵ “[...] onde antes dez trabalhadores, com dez instrumentos de valor ínfimo, elaboravam uma quantidade relativamente pequena de matéria-prima, hoje um trabalhador, com uma máquina cara, elabora cem vezes mais matéria-prima. Nesse caso, ter-se-ia elevado enormemente o capital constante [...] e teria caído muito a parte do capital gasto com a força de trabalho. Essa variação, entretanto, altera apenas a relação entre as magnitudes do capital constante e do variável ou a proporção em que o capital total se decompõe em componentes constante e variável, mas em nada modifica a diferença essencial entre os dois” (Marx, 2006, p. 246).

tecnológicas traz para a classe capitalista são bem visíveis. Para a classe trabalhadora, no entanto, as repercussões desse processo assumem novas características:

a) apropriação pelo capital das forças-de-trabalho suplementares. O trabalho das mulheres e das crianças. [...] Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com o desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. [...] mulheres [...] crianças (Marx, 2006, p. 451).

b) prolongamento da jornada de trabalho. [...] a maquinaria é o meio mais poderoso para aumentar a produtividade do trabalho [...] em mãos do capital torna-se ela [...] o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho além de todos os limites estabelecidos pela natureza humana (Marx, 2006, p. 460).

c) Intensificação do trabalho. Utiliza-se a maquinaria para transformar o trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial. Assim, não só se reduzem os custos necessários para reproduzi-lo, mas também se torna completa sua desamparada dependência da fábrica como um todo e, portanto, do capitalista. [...] Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (Marx, 2006, p. 467-482).

Além disso, a introdução da maquinaria (trabalho morto) no processo produtivo libera força de trabalho vivo, promovendo um aumento abusivo no “exército industrial de reserva”. Assim, Marx afirma existir uma redução relativa do número de trabalhadores no chão das fábricas, mas não diz que as inovações tecnológicas conduzam ao fim do trabalho da classe trabalhadora.

Por fim, é possível perceber que em todas as sociedades têm de haver processos de trabalhos, mas a valorização é específica do capitalismo. Com esse objetivo, o capital obtém o controle real do processo de trabalho, reunindo os meios de produção e a força de trabalho e, ainda, potencializando a maximização da produção de mais-valia. No inédito capítulo VI, Marx faz essa discussão, chamando a atenção para o fato de que o desenvolvimento das forças produ-

tivas não se refere apenas à base técnica da produção, trata-se do desenvolvimento das condições objetivas, sim, mas também das combinações sociais de trabalho. As reflexões pautadas na subsunção formal e a subsunção real do trabalho ajudam a compreender melhor essas questões.

Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital

A transição histórica da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital configura a transição da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. De fato, no capítulo VI de *O capital* (Marx, 2004, 1997), citado anteriormente, Marx dedicou-se a analisar a mais-valia, ou melhor, como foi possível, por intermédio das mudanças operadas nos processos de trabalho e do controle exercido pelo capital sobre eles, conseguir a diminuição do valor da força de trabalho e, por conseguinte, a implementação da mais-valia relativa, o que implicou uma redução de preço da força de trabalho. Tal transição da subsunção formal⁶ para a subsunção real⁷ do trabalho ao capital sugere um processo de construção da hegemonia do capital, exigindo que o mesmo exerça um real controle sobre todo o processo de trabalho. O desenvolvimento capitalista foi se firmando ao longo do tempo, deixando o trabalhador sem muitas opções. Essa legitimação reflete o controle condicionado pelo sistema que abrange um gradual processo de alienação do trabalhador, que, por sua vez, perde a propriedade dos meios de produção e, conseqüentemente, dos meios de subsistência. Assim, só lhe resta a propriedade de sua força de trabalho, que acaba vendendo para o capitalista.

Sendo o controle do processo de trabalho uma condição necessária inicial para o capital, o mesmo (capital) dedica-se a diminuir o valor das mercadorias, inclusive o da força de trabalho. Esse processo é oriundo de um conjunto amplo e articulado de elementos desencadeados por mudanças operadas no universo do trabalho, tendo como principal potencializador a introdução da maquinaria e da organização industrial, que promove, como já sinalizado no item anterior, a utilização do trabalho feminino e infantil na medida em que facilita o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

⁶Trata-se de um processo de subordinação formal do trabalho ao capital. Nessa condição, os trabalhadores ainda possuem algum controle sobre o seu trabalho, pois ainda há uma relação do trabalhador com suas condições de trabalho no particular da produção. Essa dinâmica se aplica nas formas de transição dos processos de trabalho pré-capitalistas ao capitalista, em que ocorre uma coerção econômica que implica a necessidade da venda da força de trabalho para que os trabalhadores possam garantir subsistência. O período em que a cooperação simples era a forma dominante de organização social do trabalho exemplifica tal situação. A necessidade de acumulação de capital coagia os trabalhadores a partir de uma organização hierárquica do trabalho, mas ainda não tinha os instrumentos necessários para uma coerção total que permitisse o real controle da força de trabalho.

⁷A subsunção real representa o “real” controle do capital sobre o trabalho. O trabalho assalariado, meios de produção sob a forma de mercadoria, meios de subsistência sob a forma de mercadoria e produto sob a forma de mercadoria são as formas que caracterizam a base da subsunção real (Brighton, 1991, p. 20). A partir da subsunção real, o capital objetiva a valorização no comando de todo o processo e legitima-se, agregando uma série de elementos: mais-valia relativa; a maquinaria e o desenvolvimento da tecnologia; mobilidade de substituição do trabalhador contribuindo para a formação do exército de reserva e a produção em grande escala. Nessas condições, o capital obtém o monopólio sobre o conhecimento e o poder sobre as relações entre trabalhadores e os meios de produção.

Segundo Marx (2004, p. 68), o processo de produção como unidade imediata entre processo de valorização e processo de trabalho real está para o capital da mesma forma que a mercadoria é a unidade imediata entre valor de uso e valor de troca. Dessa forma, esse processo de produção se constitui sobre a base de uma forma específica de organização social do trabalho. É através da discussão da subsunção formal e da subsunção real que Marx explica como essa situação se efetiva nos processos de trabalho concretos.

Se a mais-valia absoluta demandava apenas uma subsunção formal do trabalho, tendo presente que se tratava simplesmente de um aumento quantitativo da jornada de trabalho para além do valor da força de trabalho, a mais-valia relativa, em contrapartida, exige uma subsunção **real** do trabalho ao capital, cuja condição básica é o controle real do processo de trabalho pelo capital. Marx afirma:

[...] a produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital (Marx, 2006, p.106).

Contudo, como o movimento do capital é contraditório, a produção da mais-valia relativa pressupõe a crescente utilização proporcionalmente maior do capital constante (trabalho morto) em relação ao capital variável (trabalho vivo). Isso significa que parte da mercadoria força de trabalho se torna invendável, acarretando uma população trabalhadora excedente e, conseqüentemente, uma diminuição do **preço** da força de trabalho deixando-a abaixo de seu valor.

Modelos de gestão capitalista e o controle do processo de trabalho contemporâneo

Com o passar dos tempos, o modo de produção capitalista foi se consolidando, e, extraordinariamente, as elaborações de Marx foram se confirmando. Como se viu, a legitimação do capitalismo não ocorre de forma simples, mas sim a partir de um processo contraditório. Por um lado, observa-se a acumulação capitalista decorrente da extração de mais-valia relativa, e, por outro, as conseqüências aos trabalhadores são visíveis e causam impactos gritantes na sociedade. Inevitavelmente, essa dinâmica resulta em crises no mundo do trabalho as quais provocam mudanças no modo de produção. Ciente dessa situação, os próprios precursores do capitalis-

mo criam estratégias de superação das crises – numa perspectiva de manutenção do “status quo” – antecedendo – e naturalmente silenciando – as manifestações da classe trabalhadora⁸.

Diante da necessidade de repensar o processo de trabalho, os motivadores do capitalismo se preocuparam em resolver a questão complexa da incorporação dos trabalhadores ao capitalismo, de sua integração passiva e, ao mesmo tempo, em manter a capacidade acumulativa. Dessa forma, os teóricos do capitalismo, para responder essa velha pergunta que se renova e se sustenta, apresentam uma contestação que, por sua vez, também se repete: modificar a gestão e a tecnologia.

Trata-se da necessidade de repensar a política na produção, novas formas de organização da gestão e do processo de trabalho e novas tecnologias que ampliem a produtividade do trabalho e reproduzam relações sociais que sejam suporte e garantia ao sistema. É importante sinalizar que esses modelos de gestão não são apenas conjuntos de técnicas de gestão e de produção, como insistem os teóricos liberais, mas sim um modo de vida. Esses modelos de gestão estratégicos são instrumentos a serviço do capital que implicam na composição do real (Dias, 2006).

O controle sobre o processo de trabalho, elemento determinante de materialização da subsunção real do trabalho ao capital, presente no período da grande indústria, chega a seu auge durante a vigência de novos modelos de gestão: taylorismo, fordismo e toyotismo. Não obstante, nessas fases da acumulação capitalista, o controle e a racionalização do processo de trabalho passam a demandar o controle da vida do trabalhador, pois, como já foi visto, a produção da mercadoria força de trabalho implica a produção da vida humana em sua integralidade.

A experiência taylorista foi a forma da subsunção real do trabalho ao capital de forma ainda mais completa praticada no início do século XX. O taylorismo foi o instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda de sua subjetividade classista.

O taylorismo ilustra, de maneira privilegiada, a natureza do processo de trabalho capitalista. Ele está intimamente ligado ao fordismo e abraça seus princípios, aprimorando-os. Juntos configuram a “Organização científica do trabalho”. “Ford, mediante a introdução da cadeia de montagem, leva a cabo um desenvolvimento criador do taylorismo que o leva – do ponto de vista do capital – a uma espécie de perfeição” (Coriat *in* Moraes, 2006, p. 5).

A fábrica fordista, que produz em grande escala através do recurso da linha de montagem e aplica à perfeição os princípios tayloristas, expressa a concretização histórica da visão marxista da grande indústria. O fordismo se tornou um meio de organização social, um mantenedor da sociedade de consumo. Seu declínio, na década de 70, causou uma crise em uma sociedade in-

⁸A história mostra que, durante tais crises, a classe trabalhadora manifesta resistências que comprometem a dinâmica capitalista, mas não possuem forças suficientes para derrubar a lógica hegemônica do sistema.

teira. A crise do fordismo se deu em várias escalas: política, econômica, vida social, etc. A resposta para esse contexto foi o começo da reestruturação produtiva, que ocorreu principalmente nos setores básicos de produção e de trabalho. Foram adotados um outro modelo de gestão, novas ideologias, novas formas de administração, de gerenciamento e de produção. Tratou-se de um processo de reestruturação produtiva, e seu principal modelo foi o toyotismo (Tumolo, 2000).

A principal característica e objetivo do toyotismo é realizar uma produção somente do necessário no menor tempo possível. É o *just-in-time*. Ao contrário do fordismo, em que a produção determina a demanda, no toyotismo, a demanda determina a produção, isto é, só se produz o que é pedido, por isso se produz mais rápido e melhor. O *just-in-time* caracterizou o fim da produção em massa, pois esse processo dedicou-se à necessidade de atender a um público que pedia produtos diferenciados em pequenas quantidades, fazendo, assim, com que as empresas competissem entre si para ver quem era melhor e mais rápido.

O principal meio de implantação do *just-in-time* é o *kanban*, que é uma espécie de cartão de controle de ida e vinda de mercadoria. Trata-se de uma técnica de gestão de materiais e de produção no momento exato (*just-in-time*) que é controlado através do movimento do cartão - *kanban* (Franzoi, 1997, p. 137-138). No toyotismo, os operários trabalham bem mais do que nos outros modelos. Sua jornada de trabalho é totalmente flexível. A produção exige maior aceleração e um número menor de trabalhadores (Só, 1997).

Toda essa situação se configura por meio das mudanças do controle do processo de trabalho e da utilização capitalista da maquinaria, o que desencadeou um conjunto de contradições. Para que a vida humana deixe de ser degradada pela lógica capitalista e seus modelos de gestão do processo de trabalho, é necessário romper com os mesmos, colocando a produção em favor da emancipação do trabalhador e buscando construir uma sociedade com outros valores, capazes de contrapor a reprodução do capital e das relações sociais estabelecidas.

Fábricas recuperadas e autogestões

Conforme discussões anteriores, um dos efeitos mais visíveis dos “novos” modelos de gestão capitalista aplicado às economias periféricas ao longo dos últimos 15 anos foi a desestruturação de seus parques produtivos: a abertura dos mercados, os desajustes macroeconômicos, e, finalmente, a sobrevalorização cambial resultante das políticas de estabilização de câmbio fixo, produziram um ambiente econômico de incertezas recorrentes, em que muitas empresas, por motivos diversos, foram obrigadas a fechar suas portas.

Diante desse contexto, trabalhadores (orientados por agentes externos: sindicatos, ONGs, etc.) sem mui-

tas condições de opção ocuparam as fábricas como estratégia de manutenção dos postos de trabalho. Cruz (2006, p. 191) diz que a finalidade primeira da ocupação desses espaços era “de evitar a evasão ilegal de patrimônio das empresas e tentar garantir, assim, as condições financeiras de ressarcimento dos trabalhadores”.

A década de 1990 foi cenário para os primeiros casos de “fábricas recuperadas”, principalmente no Brasil e na Argentina. Das iniciativas precursoras nesses países, surgiram entidades de apoio a esses processos, como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) aqui no Brasil e o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) na Argentina.

Essas “fábricas recuperadas” implicam uma outra proposta de organização e gestão do processo de trabalho, diferente daquela estabelecida pelo sistema capitalista. Trata-se da autogestão baseada nos valores e princípios do cooperativismo que aponta para condições de democracia, equidade, igualdade e solidariedade.

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões que propicia, a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (Albuquerque, 2003, p. 20).

Considerando tal lógica, parte-se do pressuposto de que há uma alteração na organização da gestão e do trabalho nesses empreendimentos capaz de romper com os valores capitalistas. Motivados por essa possibilidade, vários pesquisadores dedicaram seus estudos na perspectiva de entender esses processos. Minha intenção aqui é olhar para esses empreendimentos a partir da análise do processo de trabalho capitalista de Marx. Para tanto, sustento a discussão empírica na minha experiência como técnica da ANTEAG no Rio Grande do Sul, onde trabalhei de 2001 a 2003 e também em pesquisas de estudo de casos, das quais destaco: “Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul”, um estudo realizado pelo IBASE/ANTEAG, que resultou no livro *Autogestão em avaliação; A economia solidária no RS: viabilidades e perspectivas*, realizada pela equipe de pesquisa em economia solidária da Unisinos (Gaiger, 1999, 2000, 2002); o estudo das cooperativas Wallig, objeto de tese de doutorado de Lorena Holzmann, que resultou no livro “Operários sem patrão”; nos estudos de Antonio Cruz, que redigiu a tese “A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul”; na tese “Autogestão, cooperativa e economia solidária: avatares do trabalho e do capital” de Maurício Faria; nos estudos de Henrique Novaes (2004, 2005, 2006a, 2006b), resultante em vários artigos sobre as fábricas recuperadas na Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela e, por fim, recupero algumas análises sobre uma cooperativa de produção oriunda de massa falida procedente da minha pesquisa de mestrado.

O panorama das fábricas recuperadas está se abrangendo, segundo Novaes (2004) e Cruz (2006), na Argentina, as empresas recuperadas compreendem campos não configurados no Brasil: clínicas de exame, hospitais, supermercados, escolas, e somam um total aproximado de 150 fábricas, 12000 trabalhadores, com cerca de 2/3 das fábricas recuperadas localizadas na Grande Buenos Aires. No Uruguai, o movimento de recuperação de fábricas existe, mas com menos força, dado o perfil da economia uruguaia. O número de fábricas recuperadas aproxima-se de 20. No Brasil, o processo de “recuperação de fábricas pelos trabalhadores” não teve uma constante, como observou-se na Argentina⁹. As iniciativas do Brasil foram se formando pouco a pouco desde o início da década de 1990. A ANTEAG calcula que existam aproximadamente 150 fábricas e empresas recuperadas no Brasil hoje. Novaes (2004) esclarece que, assim como na Argentina e no Uruguai, no Brasil, a grande maioria das fábricas recuperadas está no setor metalúrgico, no setor têxtil e no de calçados.

Independente do país em que o processo de recuperação de fábricas acontece, a forma como o processo se estabelece é mais ou menos igual. O processo de recuperação de fábricas resulta em um ciclo econômico e sociopolítico que Cruz caracteriza da seguinte forma:

a) a empresa, sob dificuldades econômicas, começa a atrasar seus compromissos financeiros – primeiro com as contribuições sociais trabalhistas, a seguir com o fisco, depois com os salários dos trabalhadores, depois com os financiadores bancários e, finalmente, com os fornecedores;

b) dependendo das condições do mercado de trabalho, da combatividade do sindicato e do histórico de mobilização dos trabalhadores, diferentes tipos de iniciativas (que podem ir de uma simples entrevista entre uma comissão de trabalhadores e os diretores da empresa até uma greve) são tomadas pelos trabalhadores, com o fim de garantir o cumprimento de seus direitos;

c) a empresa, neste íterim, pode iniciar “manobras” legais e contábeis, visando a preservação do patrimônio de seus proprietários: transferências de capital, descapitalização, etc., antecipando-se ao pedido de concordata (*convocatoria de credores*, na Argentina e no Uruguai) e, se for o caso depois, de falência (*quiebra*) (essa é a regra geral, mas há exceções);

d) ao longo desse processo, em algum momento, os trabalhadores percebem o perigo iminente de perderem seus postos de trabalho, sem receber as devi-

das indenizações e, com a consciência das dificuldades de encontrar outros empregos, mobilizam-se para “ocupar” a empresa ou, dependendo do ponto em que está o processo, – para tomar para si, diretamente, a administração do negócio; ao mesmo tempo, buscam apoio junto à comunidade, através de sindicatos e de outros movimentos sociais, órgãos públicos e órgãos de imprensa;

e) com apoio externo, iniciam uma luta judicial pela posse do capital fixo da empresa, o que só é garantido, em geral, através de intensas mobilizações junto ao poder judiciário e outras instâncias, com impacto midiático na comunidade em que atuam;

f) a configuração jurídica que permite a posse dos ativos, representados pelo maquinário e pelos edifícios, pelos trabalhadores, é variada, depende de cada caso e obedece, evidentemente, à legislação específica de cada país, em termos de possibilidades, prazos, controles, prestação de contas à justiça e aos credores, etc.;

g) ao longo desse processo, muitos trabalhadores abandonam a estratégia coletiva em função de motivações diversas, como conflitos internos, desinteresse (desalento pela situação), obtenção de outro emprego, interesse específico na indenização, etc.;

h) obtida a decisão judicial favorável, os trabalhadores que permanecem mobilizados encontram-se agora na condição necessária de “fazer a fábrica funcionar”, o que equivale dizer, retomar o contato com fornecedores e clientes, obter crédito para recomposição (mínima) dos estoques e para a manutenção (mínima) do maquinário, substituir os trabalhadores que desistiram e cujas funções são imprescindíveis, reordenar os sistemas internos (produção, controle, distribuição, etc.); e tudo isto feito, agora, sob o controle e fiscalização de quase todos os envolvidos (uns por desconfiança, outros por cooperação);

i) abre-se um longo período de conflitos internos acerca das questões mais gerais e das questões menores também: Quem administra o empreendimento? Quem toma quais decisões? Qual é o nível de autonomia? Que funções devem ser preservadas ou extintas? Como readequar a empresa à sua nova característica de gestão? A que penalidades estão sujeitos aqueles que não cooperam com as decisões coletivas? etc.;

j) este período de conflitos se soma à difícil empreitada de reencontrar o espaço de mercado perdido

⁹Na Argentina ocorreu um fenômeno interessante. Após o *argentino* de 2001, houve uma “onda” acelerada de “recuperações”. Muitos proprietários das fábricas resistiram à ocupação, destruindo o maquinário para evitar sua recuperação. A esse processo, Novaes (2004) chamou de os “ludditas às avessas”.

ao longo do período de deterioração das condições da empresa;

k) em geral, antes deste ponto ainda, ou quando se chega a ele, os trabalhadores começam a buscar auxílio técnico, que, em geral, não está disponível por aqueles que antes fizeram o auxílio político (sindicatos, associações comunitárias, etc.), como especialistas e engenheiros conhecidos ou indicados, com experiência em outras empresas ou naquela mesma; universidades e empresas de pesquisa vinculadas ao Estado, etc.;

l) finalmente, a “institucionalidade” interna da empresa se estabiliza a partir de pactos sucessivos, que, ainda que temporários, são suficientes para permitir uma rotina produtiva caracterizada pelo controle coletivo das ações administrativas e pela existência de espaços baseados na apropriação coletiva e efetiva da empresa pelo conjunto dos trabalhadores (Cruz, 2006, p. 193-195).

Pois bem, segundo Cruz, passado esse ciclo, a fábrica recuperada tende a estabilizar-se, mas, pelo que pude observar ao longo de 10 anos, boa parte das iniciativas não suporta as pressões do capital e não completa o ciclo.

Tendo maior clareza de como as fábricas recuperadas se configuram no cotidiano da sociedade vigente, é necessário observar os processos de gestão, de produção e de organização do trabalho desses empreendimentos frente à dinâmica do processo de trabalho capitalista.

Processo de trabalho capitalista e as fábricas recuperadas

Considerações prévias

Mesmo que as iniciativas autogestionárias sejam oriundas das forças das circunstâncias e não de um movimento de resistência dos trabalhadores para com o modo de produção capitalista, há certa adesão dos trabalhadores com a nova proposta que implica um outro comportamento e novas relações de trabalho. Nas fábricas recuperadas – cooperativas de produção – os trabalhadores se integram como sócios e não mais como empregados. Com iguais direitos e deveres, procuram eliminar qualquer idéia de subordinação, negando a hierarquia existente na antiga fábrica.

É neste núcleo de mudança que se apoiaram os operários para apontar as diferenças existentes nas cooperativas¹⁰, em comparação com as experiências anteriores de trabalho em empresas regidas pela CLT. Nestas, [...] a experiência de trabalho combinava direitos adquiridos com submissão, com

constrangimento para “mostrar produção”, com o recebimento de ordens sem poder contestá-las, a não terem suas opiniões consideradas [...]. É a partir desta experiência de trabalho sob a hegemonia do capital que os associados das cooperativas construíram seu novo cotidiano dentro das fábricas, reelaborando suas condutas e expectativas (Holzmann, 2001, p. 16).

Dessa forma, o novo nessas experiências parte de uma combinação entre o tradicional e o diferente no processo de gestão e organização do trabalho. Embora os discursos dos agentes envolvidos neste processo apontem para uma radical mudança no processo de trabalho, é importante sinalizar que há sim uma mudança nas relações sociais (Santos, 2004; Holzmann, 2001; IBA-SE/ANTEAG, 2001, 2004), mas o desenvolvimento das forças produtivas continua reproduzindo o processo de trabalho capitalista.

Em meu estudo de mestrado, pude perceber que há um crescente envolvimento dos trabalhadores com o empreendimento. Isso ocorre por motivos diferentes, mas todos baseados no retorno e no benefício que a prática da autogestão lhes garante. Esse retorno se manifesta de várias formas, seja no aspecto financeiro, seja por uma situação de autonomia ou de solidariedade. A fábrica recuperada que pesquisei era um empreendimento “novo” (2 anos de cooperativa e 20 de empresa capitalista), e, naturalmente, os cooperados tinham dificuldades de assimilar a nova prática, pois o imaginário capitalista ainda era muito presente. Por esse mesmo motivo, na fábrica recuperada, o compromisso com a produção era o mais evidente, pois esse compromisso os trabalhadores trazem consigo das práticas de trabalho anteriores que mobilizam a relação de trabalho em torno da produção. É com essa compreensão que os trabalhadores organizaram o trabalho na cooperativa e afirmaram a importância da união no sentido de que o produto final é resultado de esforços individuais. Na nova experiência, o envolvimento com a produção é maior do que em práticas anteriores, pois o aumento da produção significa manter seus postos de trabalho e conquistar melhorias para o empreendimento – que é de todos. Nesse sentido, a união em torno da produção existe em função do interesse individual dos trabalhadores.

No empreendimento oriundo de massa falida, os espaços ainda estão demarcados segundo o modelo que caracterizava o empreendimento antigo. Isso em razão de ser o mesmo ambiente de trabalho, o mesmo maquinário, a mesma divisão de trabalho. O espaço administrativo não interessa aos trabalhadores do “chão da fábrica”, para eles qualquer um pode assumir o controle da gestão, desde que tenham seus empregos garantidos. [...] Num EES¹¹, em que a dinâmica e a relação de trabalho continuam iguais, é mais difícil provocar uma mudança na cultura do trabalho, mas essa estrutura, aos poucos, é tencionada em favor de maior participação. [...] as relações de poder ainda estão um pouco verticalizadas, não por indução de alguns, mas por presumível omissão da maioria dos trabalhadores, que ainda não se ajustou à

¹⁰A autora está se referindo às cooperativas oriundas da antiga indústria Wallig (metalúrgica do Rio Grande do Sul falida em 1981).

¹¹Empreendimento Econômico Solidário.

nova dinâmica de organização do trabalho e do EES. Mesmo com essa estrutura de trabalho conflituosa, em momento algum os cooperados se posicionaram de forma desigual, talvez porque os membros do conselho administrativo não exerçam apenas funções nesse, já que estão envolvidos com a produção... É importante frisar que no EES novo, embora exista uma relação de costumes enraizados, os trabalhadores admitem que a relação entre eles está diferente: mais livre e participativa (Santos, 2004, p.137-138).

Dessa forma, é possível dizer que existe, sim, uma combinação de fatores que promovem significativas mudanças, mas essas só se consolidam de fato no decorrer do processo de adesão dos trabalhadores e, mesmo assim, essa nova dinâmica ainda está longe de configurar uma nova cultura do trabalho.

A dinâmica das fábricas recuperadas

Como dito na primeira parte deste trabalho, o processo de trabalho é projetado pelo capital, visando aos interesses da valorização. Mas como se daria esse processo de trabalho se objetivos outros – que não o da valorização – fossem levados em consideração? Haveria assim uma não correspondência entre as formas do processo de trabalho e as relações de produção?

O processo de trabalho capitalista funciona com uma combinação entre instrumentos materiais de produção e a organização social do poder determinada pelos proprietários dos meios de produção. Mas como se dá essa relação quando o proprietário dos meios de produção é o coletivo dos trabalhadores da fábrica? E as relações de poder se estabelecem de forma horizontal?

Partindo da ênfase dos instrumentos e materiais de produção (maquinaria) e não necessariamente da organização social da produção, como estamos enfatizando, Brighton (1991, p. 29) chama atenção para o fato de que para um processo de transição para o socialismo se partirá, “praticamente”, de um sistema que já existe, pois novas tecnologias de gestão e produção, como a “maquinaria socialista”, não surgiram da noite para o dia. Dessa forma, o foco e a ênfase da luta de classes se darão dentro da fábrica, dentro da produção, principalmente visando à organização e ao controle do poder. Segundo o autor, a questão está em “quem domina quem?”.

Se os mecanismos e a coerção do capital, em uma perspectiva de subsunção real para extração de mais-valia relativa, se estabelecem pelas relações de poder e pela propriedade dos meios de produção (maquinaria...), a classe trabalhadora deveria se apropriar dos meios de produção e das relações de poder para romper com essa lógica. Não é isso que ocorre com as fábricas recuperadas quando os trabalhadores assumem a massa falida e modificam as relações sociais de gestão e de poder? Se sim, por que as fábricas recuperadas continuam reproduzindo as relações capitalistas?

Comparando-se algumas características do processo de trabalhos capitalista com a dinâmica das fábricas recuperadas, será possível perceber um processo con-

traditório nesse último que, por um lado, configura valores contrários aos capitalistas e, por outro, reproduz as relações do sistema vigente.

No processo de trabalho capitalista existe uma visível **hierarquia** onde o capitalismo impera, ditando as regras, especificando esquemas de pagamento, etc. Neste sentido, a disciplina é essencial para a sobrevivência do capitalismo. Através dela, o capital impõe velocidade e pune a má qualidade. Como vimos nos itens anteriores, essa disciplina foi se modificando no decorrer da história. Se no taylorismo um gerente-supervisor cumpria a tarefa personificada do capital de controle hierárquico, no modelo japonês, o *kanban* assume tal controle.

Na fábrica recuperada, embora a rotina de produção no “chão da fábrica” aparentemente permaneça a mesma, existem algumas mudanças que são significativas para o trabalhador. Nas cooperativas Wallig, uma das primeiras medidas adotadas foi a substituição do cartão ponto por uma flexibilidade de horários (Holzmann, 2001, p. 42). Aqui, parece que o próprio trabalhador passa a exercer papel disciplinar do seu trabalho, pois implica – como vimos anteriormente – um compromisso com o empreendimento que agora lhes pertence. Holzmann faz sua observação a esse respeito:

A flexibilização do horário não eximia os associados de seu cumprimento e nem lhes garantia autonomia na determinação de seu tempo de trabalho, mas atenuava o rigoroso controle do tempo a que os empregados estão sujeitos. Sua implantação pressupôs o engajamento responsável de cada um na tarefa coletiva que haviam assumido e a disposição de observar regras por eles mesmos definidas, o que esperavam concretizar facilmente, já que todos se integravam ao empreendimento como seus donos. Nesta condição, as primeiras medidas práticas que adotaram tiveram o significado de suprimir a “idéia de subordinação” presente na hierarquia autoritária da força de trabalho e no controle do tempo, elementos integrados na organização capitalista do trabalho [...] (Holzmann, 2001, p. 43).

É importante enfatizar que a dinâmica da fábrica recuperada demanda uma mudança nos processos de produção, como se observou no exemplo da Wallig, e principalmente, na condução da gestão que privilegia uma horizontalidade das decisões. No entanto, os trabalhadores possuem uma longa história de trabalho determinada pelas relações capitalistas e possuem dificuldades em aderir à nova lógica. O estudo realizado pelo IBASE/ANTEAG, que abrangeu 13 fábricas recuperadas do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta uma análise que completa esta discussão:

Se houve um relaxamento da hierarquia, a divisão de papéis e funções anteriores permanece como uma referência necessária para os trabalhadores no sentido da produção. A própria insegurança decorrente do afrouxamento inicial da hierarquia leva, muitas vezes, os trabalhadores a ansiarem pela restituição de algo semelhante à estrutura anterior como forma de reativar o processo produtivo. Ao mesmo tempo, a condição precedente de empregado tende a levar o trabalhador a assumir um comportamento de apego à sua função e rendimento, limitando-se, e muitas vezes valorizando a obediência às determinações da chefia.

A tensão entre sentimento de poder participar e essa pesada herança dos tempos de empregado decorre um comportamento ambivalente do trabalhador. Ou seja, um comportamento que oscila entre a disposição para tomar parte da gestão e colaborar na produção e o comportamento do “ser empregado” (IBASE/ ANTEAG, 2001, p. 28).

Dessa forma, percebe-se uma dificuldade clara de realizar o empreendimento coletivo que só é superada com a vivência da nova prática no decorrer dos anos.

O advento da propriedade privada provocou uma mudança decisiva na **divisão do trabalho** em *trabalho manual* e *trabalho intelectual* e demarca espaços desiguais no processo de produção capitalista. Brighton (1991, p. 32) diz que “a divisão entre concepção e execução é imanente ao processo de trabalho capitalista, e nesse sentido podemos falar de uma imanente divisão entre trabalho *intelectual* e trabalho *manual*. Constitui um aspecto de monopólio que o capital tem sobre o conhecimento e o poder de projetar sistemas de produção”.

Na “nova” prática de trabalho, esta divisão é questionada em várias situações. Em boa parte dos empreendimentos estudados, os conselhos administrativos – delegados pela assembléia geral – são compostos também por trabalhadores da produção, quando não totalmente por eles. Isso rompe com a separação de que, por um lado, há trabalhadores que pensam, que administram, e, por outro, trabalhadores que executam, que produzem. Outra situação referente a esta questão implica a troca de postos de trabalho entre os operários. Na empresa capitalista, os trabalhadores exerciam sempre a mesma função. Nas empresas recuperadas, é comum ocorrer uma troca de postos de trabalho entre os operários. Isso ocorre não para contestar a divisão do trabalho, mas para evitar a paralisação da produção quando da ausência de algum trabalhador, ou seja, o “rodízio” permite suprir possíveis lacunas. Por fim, destaco uma última situação que diz respeito à apropriação do trabalhador referente ao produto resultado de seu trabalho. Com maior liberdade e criatividade de produção o trabalhador passou a ter oportunidade de contribuir com o seu conhecimento para a melhoria do produto. Holzmann testemunha determinada situação:

[...] observei numa das visitas que fiz à fábrica, me foi mostrada uma máquina de lavar roupas para o uso em hospitais, com um dispositivo de segurança desenvolvido pelo próprio operário que trabalhava no setor. O dispositivo impedia a passagem da roupa da câmara de pré-lavagem para a outra câmara, a roupa era submetida a um processo de esterilização por meio de vapor, o que foi apontado como importante fator no controle e redução da infecção hospitalar (Holzmann, 2001, p. 121).

Assim, há um resgate da afirmação de Marx de que todo trabalhador humano envolve tanto mente quanto o corpo.

A participação e a cooperação também são categorias apropriadas, estrategicamente, pelo capitalismo – consideradas em seus programas de “reengenharia” e

“qualidade total”. A fase pós-fordista, legitimada pelo toyotismo, ocupa-se também desta tática, promovendo pequenos espaços de participação e seduzindo o trabalhador a “vestir a camiseta” da empresa. Não se trata mais de os trabalhadores obedecerem, mas de quere-rem obedecer.

Na fábrica recuperada, a participação cumpre um papel decisivo. Em minha pesquisa, verifiquei que o ato de participar do desenvolvimento do empreendimento permite que o trabalhador se aproxime do sentido integral do próprio trabalho, até então estranho a ele.

A participação representa uma qualificação da relação dos trabalhadores, seja com o empreendimento, com os demais trabalhadores ou com o próprio trabalho. A participação é valorizada como parte indispensável no trabalho, trata-se do fator responsável pelos processos e resultados pertinentes ao grupo. Com a participação, os trabalhadores interagem com a diferença e com o erro; expõem preferências, percepções e revelam diferenças e contradições. Essa interação é o que possibilita uma revisão, por parte dos trabalhadores, de suas posições e interesses. A participação é o que promove a democracia auferida pelo grupo. Uma participação efetiva somente se verifica quando os trabalhadores apercebem-se da condição de igualdade existente entre eles (Santos, 2004, p. 156).

Por fim, quero dar destaque à política de **remuneração**. Sabe-se que, no capitalismo, é extraída mais-valia relativa do trabalhador que acaba recebendo um salário muitas vezes menor do que o referente ao tempo de trabalho necessário. Na fábrica recuperada, o trabalhador também não recebe o referente exato a toda sua jornada de trabalho mensal; a diferença está no fato de que, no final do ano, ele tem a oportunidade de decidir – em assembléia geral – o que fazer com as sobras (lucro no capital) resultantes do seu trabalho. A maioria das empresas recuperadas assume uma política de remuneração em que as diferenças de valores não podem ser tão grandes.

Compreendendo essas diferenças e contradições estabelecidas no processo de trabalho capitalista e nas fábricas recuperadas, é possível dizer que existe uma significativa mudança nas relações sociais de produção que, certamente, causam impactos no cotidiano de trabalho e na vida do trabalhador, capazes de potencializar um sujeito coletivo (Santos, 2004), mas estão longe de causar algum impacto no modo de produção capitalista e na cultura do trabalho, até mesmo porque estes empreendimentos ainda são incipientes e precisam do mercado capitalista para sobreviver e, portanto, precisam jogar com as regras do sistema dominante.

Parece-me que a questão está em como a experiências de fábricas recuperadas, que apresentam valores não capitalistas, podem impactar o sistema capitalista. Independente dessa indagação, pode-se dizer que, mesmo organizando um movimento coletivo, mesmo rompendo o isolamento, formando novas redes de intercâmbio e mesmo colocando em causa o mercado concorrencial capitalista, os empreendimentos econômicos soli-

dários, processos que pretendem ser alternativas econômicas ao capital, dificilmente serão desenvolvidos no interior do mercado mundial capitalista sem que reproduzam suas relações sociais. “A autogestão numa só fábrica é tão incipiente quanto o socialismo num só país”. Porém, como diria Boaventura de Souza Santos, sem dúvida, são experiências e não podem ser desperdiçadas. Dessa forma, as experiências existentes não devem ser abortadas, nem se deve deixar de incentivar a criação de cooperativas a partir das fábricas em processo falimentar.

Assim sendo, os desafios da autogestão são mais profundos. Faria argumenta:

[...] não se trata apenas de trocar padrões autoritários por chefes democráticos e gerentes “técnicos”, nem de transformar as relações sociais de propriedade para que os trabalhadores tornem-se os donos da empresa e com isso possam se “auto-explorar menos”. Para isso, não é necessário utilizar a palavra autogestão e contribuir desse modo para a recuperação desse termo tão caro atualmente ao movimento socialista, para que se possa realizar a luta contra o capitalismo e não a sua reprodução em novas bases (Faria, 2005, p. 223-224).

Considerações finais

As ponderações finais que aqui apresento são recorrentes de algumas questões já postas no corpo do texto, mas que merecem destaque.

A autogestão não é apenas um movimento de troca de gestores que operam com formas gerenciais mais ou menos democráticas. A autogestão só terá sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, se transformá-lo em uma atividade entre outras, transcendendo os interesses do empreendimento para os interesses sociais, de produção da vida. Assim, a autogestão implica um equilíbrio entre o econômico e o político, que devem ser unificados na perspectiva de almejar uma sociedade justa e igual. Aspirar ao desenvolvimento de relações coletivas e igualitárias em espaços ampliados, rompendo com o isolamento e a fragmentação de classe e buscando eliminar a hierarquia e a disciplina que fundam as relações de exploração e dominação capitalista é parte das expectativas que podem ser potencializadas pela autogestão.

Sabe-se que não são essas expectativas que orientam o movimento autogestionário contemporâneo; ele se dá por força das circunstâncias oriundas das crises do capitalismo e, conseqüentemente, de suas respostas às crises a partir dos processos de reestruturação produtiva. No entanto, não se pode negar que os processos de fábricas recuperadas evitaram um aumento de trabalhadores em situações de desemprego e trabalho informal. Também não se pode negar que a prática de trabalho a partir da autogestão, mesmo incipiente, modifica as representações dos trabalhadores que se apresentam mais envolvidos e comprometidos com o contexto em que estão inseridos. Apesar disso, estas mudanças não fornecem elementos suficientes para a consolidação de uma outra cultura que estimule não somente no-

vas relações de trabalho, mas também relações sociais e econômicas (Santos, 2004).

Por fim, se os trabalhadores associados vão erigir um novo projeto civilizatório capaz de superar os dilemas e contradições do capitalismo contemporâneo, é algo que não se pode antecipar. Também não se pode afirmar que as novas relações sociais de produção poderão produzir uma nova utopia transformadora. O que é fato é que as fábricas recuperadas, inseridas em uma dinâmica de economia solidária, são uma alternativa de desenvolvimento local. Elas existem e, com outra dinâmica de trabalho, elas promovem mudanças de representações naqueles que delas participam, independentes que se queira ou não. Portanto, é preciso continuar dando atenção para essas experiências híbridas resultantes desse processo contraditório e complexo.

Referências

- ALBUQUERQUE, P.P. 2003. Autogestão. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 20-25.
- BRIGHTON, L.P.G. 1991. O processo de Trabalho Capitalista. In: T.T. da SILVA, (org), *Trabalho, educação e Prática Social*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 15-43.
- CRUZ, A.C.M. 2006. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Campinas, SP. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 343 p.
- DIAS, E.F. 2006. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. Revista Outubro, **45**. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/outo1_03.pdf, acesso em: 03/10/2006. 8 p.
- FARIA, M.S. 2005. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis, SC. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 410 p.
- FRANZOI, N.L. 1997. Kanban. In: A.D. CATTANI (org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, Vozes, p. 141-142.
- GAIGER, L.I. 1999. A economia solidária no RS: viabilidades e perspectivas. *Cadernos CEDOPE: movimentos sociais e cultura*, **10**(15):61.
- GAIGER, L.I. 2000. Significados e tendências da economia solidária. In: *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*, São Paulo, CUT, p. 29-42.
- GAIGER, L.I. 2002. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em <http://www.ecosol.org.br>, acesso em: 10/05/2002. 19 p.
- HOLZMANN, L. 2001. *Operário sem patrão: gestão cooperativista e dilemas da democracia*. São Carlos, UFSCAR, 171 p.
- IBASE/ANTEAG. 2001. *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul*. Relatório de pesquisa, Rio de Janeiro, IBASE, 192 p.
- IBASE/ANTEAG. 2004. *Autogestão em avaliação*. São Paulo, ANTEAG, 125 p.
- MARX, K. 1997. *El Capital, libro I, capítulo VI (inédito)*. 14ª ed., México, Siglo Veintiuno Editores, 176 p.
- MARX, K. 2004. *Capítulo VI inédito de O Capital*. 2ª ed., São Paulo, Centauro, 169 p.
- MARX, K. 2006. *O Capital: crítica da economia política livro 1/ volume 1*. 23ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 571 p.
- MORAES N. 2006. *Século XX e teoria marxista do processo de trabalho*. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/15Benedito.pdf>, acesso: 15/10/2006. 19 p.
- NOVAES, H.T. 2004. Os Simões Bacamarte da Economia Solidária. Disponível em: www.itcp.unicamp.br, acesso: 03/10/2004. 21 p.
- NOVAES, H.T. 2005. Notas sobre fábricas recuperadas na Argentina e no Uruguai. Disponível em <http://www.ecosol.org.br>, acesso em 17/11/2005. 18 p.
- NOVAES, H.T. 2006a. Para além da apropriação dos meios de pro-

dução: o processo de adequação sócio-técnica nas fábricas recuperadas. Campinas, Arquivo Digital, 12 p. [Texto não publicado].

NOVAES, H.T. 2006b. O que fazer quando as fábricas não fecham? Balanço das políticas para o cooperativismo na Venezuela. Campinas, Arquivo Digital, 21 p. [Texto não publicado].

SANTOS, A. M. 2004. *Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de eco-*

nomia solidária. São Leopoldo, RS. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 194 p.

SÓ, G.G.X. 1997. Modelo Japonês. In: A.D. CATTANI (org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, Vozes, p. 156-161.

TUMOLO, P. S. 2000. Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. *Trabalho & crítica*, 2:15-29.